



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA GESTÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS, INOVAÇÃO E OPORTUNIDADES

THE INSTITUTIONALIZATION OF THE POLICY OF INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE MANAGEMENT OF THE UNIVERSITY LIBRARY: CHALLENGES, INNOVATION AND OPPORTUNITIES

Clemilda dos Santos Sousa, Universidade Federal do Ceará - cleoufc@gmail.com

Geovanice Maria Anselmo da Silva, Universidade Federal do Ceará -
ganselmo@ufc.br

Giordana Nascimento de Freitas, Universidade Federal do Ceará -
giordana.nascimento@ufc.br

Eixo Temático 5: Gestão e liderança em movimento

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a inclusão dos discentes com deficiência no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC) vem desde 2005, quando, junto a professoras da Faculdade de Educação da instituição em questão, ações germinaram através do projeto Incluir, as primeiras. Nesse enredo, em 2009, foi criada a Comissão de Acessibilidade no âmbito do Sistema de Bibliotecas com a missão de discutir reflexões e propor ações voltadas aos diversos aspectos de acessibilidade, e sobretudo, ao acesso aos acervos.

De 2012 até meados de 2018, a produção de acervo acessível foi um trabalho mútuo entre a Secretaria de Acessibilidade na Divisão de Produção de Material Acessível (DPMA) e a Biblioteca Universitária (BU). Com a celebração da política de cotas, em 2018, houve um aumento significativo do ingresso de alunos com deficiência em todos os *campi* da universidade, o que demandou uma ação sistêmica de atendimento em rede. Logo, foi notória a necessidade de uma política interna na



gestão da Biblioteca Universitária que fosse capaz de promover a internalização dos princípios da acessibilidade no cotidiano das bibliotecas.

Assim sendo, o presente relato de experiência busca apresentar como se deu o processo de implementação da política de inclusão da pessoa com deficiência no domínio da UFC mediante a atuação do Sistema de Bibliotecas. Com efeito, ponderamos que seja sobremaneira relevante expor como se deu esse processo, a fim de colaborar para que outras Instituições de Ensino Superior (IES) que estejam no momento de constituição e institucionalização de suas políticas de inclusão possam ter a vivência da UFC como subsídio para planejamento e realização de suas ações.

2 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: PERCORSOS INSTITUCIONAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

À educação superior, compete um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. A finalidade do ensino superior está prevista no artigo nº 43 da Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) em que se lê: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar pessoas nas diferentes áreas de conhecimento, aptas para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira; e colaborar na sua formação contínua, dentre outras finalidades. Desta feita, as IES proporcionam os conhecimentos e as habilidades que contribuem para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, econômico e cultural do país. Conforme a sua finalidade, a educação superior institucionalizada pelas IES atua sob o tripé formado por: Ensino superior, Pesquisa universitária e Extensão universitária.

Em meados do século XXI, a educação inclusiva começou a permear algumas ações de gestão no Plano de Desenvolvimento Institucional para o Ensino Superior nas Universidades públicas. De acordo com Costa (2021 *apud* ARAÚJO, 2022):

A educação inclusiva pode ser entendida como um modelo de ensino contemporâneo que tem como objetivo garantir o direito de todos(as/es) à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, considerando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos.

Assim, com a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI - 2008), a universidade é orientada com o objetivo de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, norteando as



instituições de ensino para que garantam acesso ao ensino regular, assim como participação, aprendizado e continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2008).

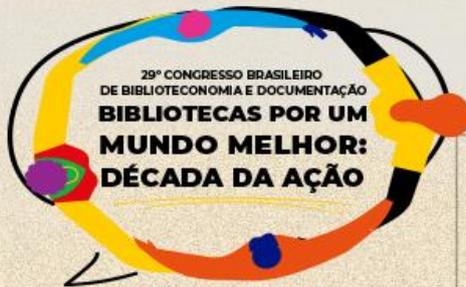
Isto porque, são evidentes as diversas barreiras que os estudantes com deficiência que chegam às Universidades enfrentam ao ingressar e, sobretudo, permanecer no ensino superior. Em tese, a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior transcende às IES, diz respeito à toda a sociedade e exige uma mudança de cultura, uma metanoia dos atores envolvidos no processo ensino aprendizagem: docentes, discentes, apoio técnico e administrativo, financeiro e, principalmente, dos gestores que precisam estar sensíveis e atuantes em responder às questões que se impõem ao longo da permanência desses estudantes na comunidade acadêmica, tais como a adequação arquitetônica, a aquisição de recursos de tecnologia assistiva, de mobiliários, de material pedagógico acessível etc.

Nesse processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior é atribuição das Universidades a missão de repensar as especificidades demandadas pela inclusão a fim de garantir, além da permanência nos cursos, a inserção qualitativa desses profissionais no mundo do trabalho. Portanto, há um imenso desafio a se vencer para formar esses indivíduos com habilidades que permitam enfrentar e superar as barreiras com igualdade de oportunidades.

Para tanto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), decretada em 2015, rege o direito de acesso, reforçando que este deve ser garantido e que, para isso, devem-se promover condições de igualdade para que as pessoas com deficiência alcancem a inclusão social e a cidadania plena (BRASIL, 2015).

A Universidade Federal do Ceará, aderindo ao Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior do Governo Federal, que atua no financiamento de projetos que beneficiam o grupo de estudantes com deficiência nas instituições federais e sua permanência nas universidades, criou em 2010 a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui. Esse fato ocorre cinco anos antes da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ser decretada.

A proposta de atuação da Secretaria em foco está pautada em três eixos de atuação: tecnológico, atitudinal e pedagógico. Destarte, trabalha na formulação de



uma política central de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade, com a finalidade da permanência e plena formação dos discentes com deficiência. A Secretaria Oferece ainda serviços como a produção e edição de materiais acessíveis, apoio pedagógico e tradução/interpretação de Libras. Além disso, a unidade é núcleo de fomento e acompanhamento de ações intersetoriais, uma vez que não objetiva absorver todas as ações referentes à inclusão no âmbito da UFC. Com isso, apresentaremos posteriormente como se deu o trajeto de implementação da política de inclusão gerida pela Secretaria de Acessibilidade UFC Incluí no Sistema de Bibliotecas da UFC. Entretanto, a fim de subsidiar o leitor, propomos a seguir refletir sobre o papel gestor da Biblioteca Universitária como promotora da acessibilidade no cenário acadêmico.

3 A GESTÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE: INOVAÇÃO E OPORTUNIDADES

A biblioteca universitária atua na construção e socialização do conhecimento no domínio dos segmentos do ensino, pesquisa e extensão colaborando, assim, tanto para o desenvolvimento em nível individual de seus usuários, como também social, haja vista a reverberação dos novos aprendizados desses sujeitos nos seus espaços de atuação. Isto porque, consoante Varela, Barbosa e Farias (2014), a missão milenar da biblioteca é essencialmente caracterizada por seu papel mediador na promoção do acesso ao saber, uma vez que possui a incumbência de agregar, organizar e disseminar a informação.

É relevante lembrar que esse papel tem sido aprimorado em decorrência da emergência e interferência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos fenômenos informativos. Assim sendo, a biblioteca universitária insere-se nesse cenário inovador em que a produção, a demanda e a propagação da informação cresce vertiginosamente; e os dispositivos tecnológicos têm promovido novos fluxos, serviços e produtos disponibilizados com base em suas coleções impressas, digitais e ou eletrônicas, consoante nos destaca Cunha (2010, p. 7-8):

[...] essa tecnologia tem permeado todas as facetas da nossa civilização, estabelecendo uma revolução não só na forma como armazenamos e transmitimos o conhecimento registrado e uma série de



outros tipos de comunicação, mas também na forma como procurar e ter acesso a esses materiais.

Nessa perspectiva, a biblioteca universitária tem buscado acompanhar as mudanças advindas do surgimento e da evolução das TIC, fazendo uso de seus artefatos e equipamentos na otimização de suas ações. Entretanto, todo esse cabedal de atribuições e responsabilidades torna-se efetivo somente quando considera as singularidades (especificidades e necessidades de informação) do público real e potencial a ser atendido. Isso implica em refletir e efetivar institucionalmente a inclusão dos usuários com deficiência no contexto acadêmico e, mais especificamente, nos ambientes de suas unidades de informação.

É preciso que a comunidade em questão consiga de forma autônoma participar plenamente das atividades de formação oferecidas pela biblioteca, ter acesso de qualidade aos espaços, produtos e serviços disponibilizados e, sobretudo, oportunidade de se expressar (comunicar) e ter acesso ao que precisa em termos de informação.

Logo, a gestão da biblioteca universitária deve buscar sensibilizar e constituir sólidas parcerias com sua equipe de profissionais e os órgãos voltados para inclusão nos contextos em que estão localizadas, como secretarias e núcleos, além das pró-reitorias, a fim de buscar constituir de forma sistêmica e comunitária a implementação da política de inclusão da universidade no decurso de sua atuação cotidiana. É o que nos coloca Wellichan e Manzini (2021, p. 174-175) ao afirmar que:

Por meio das interações necessárias, reafirma-se que a barreira atitudinal é o ponto inicial entre o usuário com deficiência e a equipe da biblioteca, e dessa relação depende todo o resto, o que pode comprometer, inclusive, a frequência ou o comportamento desse usuário no ambiente informacional.

Isso engloba a disponibilidade no plano subjetivo e objetivo (prático), ou seja, a empatia e, por conseguinte, a iniciativa de buscar novos aprendizados e compartilhá-los, visando uma construção coletiva voltada para promoção da acessibilidade e inclusão. De fato, papel definitivo nessa ambiência possui o bibliotecário que, impregnado desses saberes, tem a interação com o usuário e os processos de mediação da informação viabilizados. A atuação do bibliotecário pressupõe o anseio do usuário pelo conhecimento de seus interesses, expectativas e necessidades de informação, procurando identificar nas situações cotidianas as respostas para os seguintes questionamentos: “[...] para quem, por que e qual a



informação de fato interessa aos que a buscam.” (COSTA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p. 64).

Assim sendo, aliado às práticas políticas e administrativas, é perceptível que o desenvolvimento de estudos de usuários pela gestão da biblioteca universitária pode contribuir na condução dos processos diários de tomada de decisão e mediação da informação, resultando, porquanto, na promoção do usuário com deficiência a sujeito ativo na construção de seu aprendizado por meio do desenvolvimento de suas habilidades e competências, entre outros, no processo de busca e uso da informação. Isto irá resultar na promoção da cidadania mediante a participação social das pessoas com deficiência, entre outros, no mercado de trabalho, espaços de lazer e entretenimento e formação / educação continuada.

4 MÉTODO DA PESQUISA

O presente trabalho se configura em um relato de experiência, sobre o processo de institucionalização da política de inclusão das pessoas com deficiência no Sistema de bibliotecas da UFC. O estudo teve início com uma sondagem por documentos da biblioteca universitária que mencionaram a preocupação com a inclusão dos usuários com deficiência.

5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA GESTÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a emergência da política de cotas em 2018, a Direção da Biblioteca Universitária resolveu constituir a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência (SAPD), com o objetivo de contribuir com a efetivação da acessibilidade no Sistema de Bibliotecas, o que se configura em uma ação de gestão que institucionaliza a inclusão de pessoas com deficiência como uma postura inerente à proposta de atuação da biblioteca dentro da universidade.

Para efetivar seus propósitos, a gestão da BU configurou a SAPD na coordenação de uma rede de núcleos dispostos na capital (Ciências Humanas,



Ciências da Saúde, Central do Campus do Pici, FEAAC e Faculdade de Direito) e interior do Estado do Ceará (Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Russas e Campus de Crateús). Essa rede tem a finalidade de oferecer um atendimento voltado para atender as demandas por informações de cunho científico em formato acessível, visando contribuir para autonomia das pessoas com deficiência na construção de seu aprendizado.

Logo, os bibliotecários e demais profissionais que atuam nesses núcleos participam de capacitações oferecidas pela SAPD sobre sua clientela específica e trabalham em conjunto, de forma colaborativa, com outros servidores de bibliotecas universitárias brasileiras que comungam de serviços e produtos semelhantes. Tal ação se constitui no âmbito da participação da UFC na Rede REBECA (Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados).

Nessa perspectiva, apontamos a seguir ações que concretizam a implementação da política de inclusão no Sistema de Bibliotecas da UFC: a) instituição da Comissão de Acessibilidade do referido sistema por meio da Portaria nº 25, de 27 de setembro de 2017; b) instituição da Resolução nº 32/CONSUNI, de 19 de maio de 2017, a qual no art. 2º, cria na estrutura administrativa da Biblioteca Universitária, a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência (SAPD) ligada à Biblioteca de Ciências Humanas; c) criação de espaço administrativo na Biblioteca de Ciências Humanas para o funcionamento da SAPD, com disposição de servidores; d) criação da rede de núcleos de acessibilidade, coordenados pela SAPD em nove bibliotecas das quinze que formam o sistema; e) inclusão das questões de acessibilidade para pessoas com deficiência no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018 - 2022 da Biblioteca, no eixo de Infraestrutura; f) incorporação no documento de Normas Administrativas da UFC sobre o funcionamento dos órgãos suplementares e de assessoramento do Reitor, as competências na SAPD no âmbito do Sistema de Bibliotecas; g) criação de espaço no site da Biblioteca Universitária, link "Biblioteca Acessível" com a exposição de produtos e serviços produzidos para atendimento aos usuários com deficiência; h) reconhecimento da internalização da política de inclusão da pessoa com deficiência no Sistema de Bibliotecas da UFC, em parceria com a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, oficializada pela assinatura de portaria conjunta em 23 de novembro de 2020; i) criação de coleção no Repositório



Institucional “Guias/Cartilhas” com documentos produzidos para orientar a produção de documentos em formato acessível; e j) criação no Repositório Institucional de comunidade específica “Documentos em formato acessível”, para armazenamento de obras adaptadas exclusivamente para pessoas com deficiência visual ou com dificuldade de acesso ao texto impresso conforme a legislação brasileira. Essa comunidade permitirá o uso por parte dos usuários com deficiência da UFC, bem como de outras instituições integrantes da Rede REBECA.

Por fim, ressaltamos a criação dos seguintes projetos junto às outras instâncias da UFC: a) com o apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE): “Biblioteca universitária, inovação, inclusão e acessibilidade na formação de acervos acessíveis” e “Biblioteca Universitária e o acesso à informação: a inclusão de pessoas com deficiência sensorial em foco”; b) no Programa Institucional de Bolsas de Inovação (PIBI), junto à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD): “A biblioteca universitária e a inovação no acesso à informação científica às pessoas com deficiência”; e c) com o apoio da Secretaria de Cultura da UFC: “A arte na propagação de saberes: deficiência informação e acessibilidade junto a Secretaria de Cultura da UFC”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, consideramos que apresentamos a contento o ciclo de iniciativas e ações decorrentes realizadas que permitiram a implementação da política de inclusão da pessoa com deficiência no domínio da UFC mediante a atuação do Sistema de Bibliotecas. Entretanto, ponderamos que esse processo é contínuo e constantemente aprimorado, sobretudo, em decorrência do diálogo com os estudantes com deficiência e os demais profissionais que atuam nos núcleos de acessibilidade.

Outro fator que influencia nos modos de implementação da política de inclusão nas diretrizes, produtos e serviços do Sistema de Bibliotecas é a adesão da UFC, por meio da SAPD, ao núcleo gestor da Rede REBECA, a qual visa promover o intercâmbio de informações técnicas ligadas à adaptação de materiais, bem como a cooperação no acondicionamento e no compartilhamento virtual de acervos em formato acessível.



De fato, essa participação potencializa a efetivação da política de inclusão no contexto das bibliotecas ao maximizar as possibilidades de atendimento dos usuários com deficiência. Assim sendo, acreditamos que num futuro breve será relevante o desenvolvimento de um novo relato apresentando como tem sido o desenvolvimento das atividades em parceria com a Rede REBECA e, como isso tem contribuído para inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior em nosso país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Willian Martins de. O direito de acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **InformaSUS**: diversidade e cidadania, público alvo: geral. Florianópolis: UFSCAR, 2022, Matéria publicada por Flávio Adriano Borges. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/o-direito-de-acesso-e-permanencia-da-pessoa-com-deficiencia-no-ensino-superior/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 jun.2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespeciabrasilia>. Acesso em: 28 jun. 2022.

COSTA, Maria Fátima de Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os conceitos de Estudos de Usuários e a visão do bibliotecário no processo de mediação da informação. *In*: CAVALCANTE, Lidia Eugenia; PINTO, Virgínia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. (Org.). **Ciência da Informação e contemporaneidade**: tessituras e olhares. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 59-87.

CUNHA, Murilo Bastos. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 11, n.6, dez. 2010.



INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo da Educação Superior**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação em múltiplas abordagens. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p.138-170, maio/ago. 2014.

WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; MANZINI, Eduardo José. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/105894/61850>. Acesso em: 06 jul. 2022.